



Rede Estadual de Controle Interno da Gestão Pública

Ata de Reunião

() Reunião Ordinária () Reunião Extraordinária (X) Outras: Reunião de instalação

Data: 11/06/2018

PAUTA REUNIÃO ORDINÁRIA/ EXTRAORDINÁRIA/ OUTRAS

1. Abertura pela Auditora Interna da Alece;
2. Breve apresentação pelos membros da Rede das atividades de Controle Interno exercidas no Poder/ Órgão, levando em conta as quatro macrofunções de controle interno;
3. Designação do agente de integração de cada Poder/ Órgão.
4. Definição do Coordenador e Secretários da Rede;
5. Ampliação dos membros da Rede para inclusão da CGU, TCU, CGM Fortaleza e Câmara Municipal de Fortaleza;
Sugestão do representante do TJ: inclusão das unidades de Controle Interno do TRE-CE, TRT 7ª Região e Justiça Federal- 5ª Região.
6. Apresentação e discussão da minuta de Regimento Interno da Rede;
7. Construção de Agenda da Rede Estadual para o segundo semestre de 2018.

DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS (texto por extenso)

Ao décimo primeiro (11º) dia do mês de junho de dois mil e dezoito (2018), às 14h, realizou-se reunião de instalação da Rede Estadual de Controle Interno da Gestão Pública no auditório do Complexo de Comissões Técnicas Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Estiveram presentes os seguintes representantes: Antonio Marconi Lemos, Secretário Adjunto da Controladoria e Ouvidoria Geral; José Flávio Barbosa Jucá de Araújo, Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral; José Wesmey da Silva, Controlador do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; Leonel Gois Lima Oliveira, Auditor Chefe do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Silvia Helena Correia Vidal, Auditora Interna da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Teresa Jacqueline de Mesquita Ciríaco, Coordenadora de Controle e Auditoria Interna do Ministério Público Estadual. Dando início à reunião, Silvia Helena Correia Vidal deu boas vindas aos presentes e realizou breve apresentação sobre o histórico da Controladoria da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e os atos realizados pelo órgão no que tange às macrofunções de controle interno. Apresentou os Atos Deliberativo nº 820/2018 e Normativo nº 285/2018, os objetivos e projetos estratégicos da Controladoria. Na sequência, Leonel Gois Lima Oliveira discorreu sobre a auditoria administrativa de controle interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, enfatizando a Resolução do órgão Especial nº 11/2018 como o modelo de governança a partir do qual se trabalha a questão do controle no Tribunal. Apresentou os planos de auditoria, as auditorias sistemáticas e a realização de seminários anuais de auditoria, encerrando com a apresentação da equipe de auditoria interna do Tribunal. Em seguida, foi dada a palavra a Teresa Jacqueline de Mesquita Ciríaco, que afirmou estar trabalhando na construção de um modelo de governança estruturado a ser aplicado no Ministério Público do Estado do Ceará. Apesar de já ter realizado auditorias em momento anterior e de estar realizando auditoria no almoxarifado, acredita que a implementação de um modelo irá auxiliar o controle e a auditoria interna do Ministério Público Estadual. Na oportunidade, solicitou à Auditora Interna da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e ao Controlador do Tribunal de Contas do Estado do Ceará disponibilização do modelo de governança de ambos os órgãos. Salientou, por fim, a necessidade de se fortalecer o controle interno no Ministério Público Estadual. Em seguida, José Wesmey da Silva apresentou o modo de funcionamento da Controladoria no Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Alegou que, depois de 2013, a Controladoria do Tribunal seguiu os passos do Tribunal de Contas da União. Afirmou que os trabalhos são de cunho eminentemente administrativo, haja vista o Tribunal ter ouvidoria e corregedoria, e que, na maioria das vezes, as situações apresentadas nos relatórios da Controladoria são pautadas como prioridade pelo TCE. Anunciou que o Tribunal está a trabalhar na implementação de um sistema de custos e de um manual de gestão de riscos. Deu-se a palavra a Antonio Marconi Lemos, que afirmou ter a Controladoria Geral do Estado planejamento estratégico desde 2009 e que atualmente atuam em 3 macrofunções: controladoria, auditoria e ouvidoria. Ressaltou, porém, estar sendo criada uma quarta macrofunção, a de



Rede Estadual de Controle Interno da Gestão Pública

Ata de Reunião

corregedoria. Na questão do combate à corrupção, salientou estar a CGE a implementar o seu programa de integridade. Na questão da ética, realçou terem sido formatadas comissões setoriais de ética pública e que no dia 20 de junho haverá o 1º Fórum das comissões setoriais de ética pública. Encerradas as apresentações, Sílvia Helena Correia Vidal deu início às deliberações. Como agente de integração em cada Poder/Órgão, foram indicados: Carlos André Melo Pontes, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Dina Quintas Colares Araújo, pelo Ministério Público do Estado do Ceará; Zivaldo Gonçalves Júnior, pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará; Heline Joyce Barbosa Monteiro, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Marcelo de Souza Monteiro, pela Controladoria e Ouvidoria Geral. Decidiu-se, quanto à indicação de agente de integração da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, que seria enviado e-mail a Francisca Cristina Façanha Freire para posterior indicação. Na sequência, foram definidos como Coordenador Executivo, 1º Secretário e 2º Secretário da Rede, Sílvia Helena Correia Vidal, José Flávio Barbosa Jucá de Araújo e José Wesmey da Silva, respectivamente. Caso haja mudança na gestão do órgão, decidiu-se que o 1º Secretário assumirá a Coordenação e o 2º Secretário assumirá a 1ª Secretaria, ocasião em que a ocupação da 2ª Secretaria será objeto de votação. A minuta do Regimento Interno da Rede será alterada para prever esta alteração. No que tange à ampliação de membros da Rede, sugeriu-se a inserção no Regimento Interno de critérios para adesão de novos membros. Adiou-se a votação sobre o assunto do item 5 da pauta. Por fim, sobre a definição de uma agenda da Rede Estadual para o 2º semestre, votou-se por reuniões ordinárias trimestrais (março, junho, setembro e dezembro), na primeira terça-feira do respectivo mês, possibilitando-se a realização de reuniões extraordinárias a qualquer tempo. A próxima reunião ordinária foi marcada para o dia 03 de setembro, às 14h, com o tema Gestão de Riscos. Deliberou-se uma reunião extraordinária para o dia 26 de junho, às 14h, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com as pautas de aprovação do regimento interno da Rede e ampliação dos membros da Rede. Nada mais havendo a tratar, eu, Cíntia Muniz Rebouças de Alencar Araripe, assessora jurídica, e Heline Joyce Barbosa Monteiro, assessora de controle interno, lavramos a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por nós e pelos demais presentes.

Cíntia Muniz Rebouças de Alencar Araripe Cintia Muniz Rebouças de Alencar Araripe

Heline Joyce Barbosa Monteiro Heline J. B. Monteiro

Antonio Marconi Lemos Antonio Marconi Lemos

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo José Flávio Barbosa Jucá de Araújo

José Wesmey da Silva José Wesmey da Silva

Leonel Gois Lima Oliveira Leonel Gois Lima Oliveira

Sílvia Helena Correia Vidal Sílvia Helena Correia Vidal

Teresa Jacqueline de Mesquita Ciríaco Teresa Jacqueline de Mesquita Ciríaco